



Gastão Reis

DILMA, ISABEL E VITÓRIA

A posse da presidente Dilma Rousseff levou naturalmente à questão de quem teria sido a primeira mulher a governar o Brasil. Não houve como ignorar nossa história do século XIX, sempre que possível apagada pela tradição republicana brasileira, com a presença marcante da princesa Isabel. Suas posições de vanguarda sobre temas que empolgavam a sociedade brasileira na época começam a ser conhecidas do grande público brasileiro, desmistificando aquela figura dominada por uma religiosidade carola. Uma espécie de mulher unidimensional. Nada mais injusto. Uma mulher capaz de manter uma conversa inteligente, de ser a favor do voto feminino, de dar guarida a escravos fujidos no próprio palácio imperial e que assinou as leis abolicionistas culminado com a Lei Áurea é certamente multidimensional. Inclusive pelo fato de ter sido cuidadosamente preparada para governar tanto pela educação que recebeu como pela prática efetiva como Regente do Império nas três viagens de seu pai ao exterior. Estes três períodos somados dão quase quatro anos, o equivalente a um mandato presidencial. Pedro II teve ainda o cuidado de escrever-lhe um manual intitulado *Conselhos à Regente*, em que buscava lhe transmitir sua longa experiência de Chefe de Estado e de governo. Já deu para perceber que ela estava plenamente apta a ser nossa Imperatriz num terceiro reinado, que muito teria contribuído para fazer avançar os direitos femininos e dos ex-escravos, entregues à própria sorte pela república desde 1889.

O que não se sabe, rigorosamente falando, é que Dilma Rousseff não é a segunda, e sim, a quarta mulher que passou a ter um papel relevante em nossa história. A primeira, de direito, foi Dona Maria I, rainha de Portugal, sem condições mentais de exercer o poder, que para cá veio com seu filho regente Dom João VI. A segunda foi Dona Leopoldina, mulher de Dom Pedro I, que assumiu por decreto as funções de chefe de Estado e de governo durante a viagem de seu marido a São Paulo pouco antes de proclamar nossa independência. Foi ela quem assinou o decreto que nos separava de Portugal em 2 de setembro de 1822 e que participou ativamente de todo o processo incentivando seu marido a romper os laços que nos uniam a Portugal. A terceira foi a princesa Isabel. Só então é que assume esse papel nossa atual presidente. Ela é, sim, a primeira mulher eleita a exercer o poder.

Passemos, agora, ao episódio machista e preconceituoso que deu importante contribuição à proclamação da república, embora o fator de maior peso tenha sido a quartelada militar. Eu me refiro à figura ilustre de nossa Isabel e seu marido. Ela pagou o preço de ser mulher num mundo machista conservador e ele, por ser estrangeiro. Era comum naquela época, e ainda hoje, a crítica ao conde D'Eu por ajudá-la nos seus despachos de assuntos de governo e de Estado. Seria inadmissível que um francês pudesse se imiscuir nessa seara que deveria ser privativa da futura imperatriz. Algo muito parecido, entretanto, aconteceu com a rainha Vitória da Inglaterra e seu marido, o príncipe Alberto, de origem germânica, ou seja, também estrangeiro. Inicialmente, apesar de muito jovem e inexperiente, a rainha Vitória não queria receber dele nenhum tipo de ajuda no que ela considerava seus assuntos privativos como rainha.

[CONTINUA]

Curiosamente, seu primeiro-ministro, Lorde Melbourne, numa caminhada ao seu lado pelos jardins do palácio, começou dizendo-lhe que políticos como ele, às vezes, podiam ser sinceros em suas afirmações. A despeito de o príncipe Alberto não simpatizar com ele, e de ter-lhe dito isso cara a cara, o primeiro-ministro aconselhou à rainha a ouvi-lo em assuntos de governo e de Estado, pois se tratava de um homem fiel, competente e disposto a ajudá-la. O conselho foi levado em conta por ela a ponto de colocar a escrivadinha de trabalho dele de frente e grudada à sua.

A Inglaterra do século XIX era uma potência planetária, um império onde o sol nunca se punha, dominando 33 milhões de m² do globo terrestre, área bem superior à do império russo de então de 22 milhões de m². Nem por isso, o primeiro-ministro inglês se sentiu ameaçado pelo fato de o príncipe Alberto, estrangeiro, tomar conhecimento dos assuntos de governo e de Estado da Inglaterra. Lá, essa assessoria informal à monarca foi rotina por muitos anos sem despertar a ira ou a desconfiança do povo inglês. Aqui, foi vista como absurda, ainda que o conde D'Eu também fosse um homem fiel, competente e colaborativo, que certamente prestou relevantes serviços ao Brasil e à princesa sem deixar nenhuma mácula por ter beneficiado outros países ou pessoas. Ao que se sabe, ele estava perfeitamente ciente de seu papel, coisa que Pedro II lhe disse diretamente. A decisão última sempre seria dela. Exemplo concreto: quando ela resolveu implementar o projeto que resultou na Lei Áurea, o conde D'Eu, que havia acabado com a escravidão no Paraguai, na condição de comandante-chefe de nosso exército vitorioso, sugeriu que ela postergasse por algum tempo a assinatura da lei já que, em função de muitas alforrias e das leis abolicionistas, apenas 5% dos descendentes de africanos ainda eram escravos no Brasil em 1888. Mas ela foi lá e assinou sem titubear. E arrematou, após perder o trono: “Mil tronos houvera e mil tronos eu perderia para dar a liberdade a uma raça”.

Já deu para perceber o muito que perdemos por não ter tido Isabel I como nossa imperatriz. Em especial, como se sabe hoje, que a qualidade das instituições de um país, principal fator indutor da formação de capital humano, é a causa fundamental de seu desenvolvimento a longo prazo.

Quanto à presidente Dilma, cabe desejar que consiga acabar com a miséria extrema em nosso país, como afirmou em seu discurso de posse. Pouco importam as posições político-partidárias diferentes a esse respeito. Este seria um feito memorável, que certamente contaria com o apoio de nossa Isabel I.

Minha identificação: Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista

E-mail: gastaoreis@smart30.com.br // Cel. 24 9272-8586

Site pessoal: www.smart30.com.br

(Publicado na Tribuna de Petrópolis, sábado, 15/01/2011)